

Fernando Molica

Licença para Moraes e Toffoli

Os ministros Alexandre de Moraes e Dias Toffoli precisam tirar licença do Supremo Tribunal Federal até que tudo seja esclarecido. As suspeitas sobre ambos são graves, capazes de colocar dúvidas até sobre suas decisões que nada têm a ver com o Master.

Como atuarão em casos que envolvam políticos se o futuro de ambos poderá estar na mão de senadores em caso de abertura de processos de impeachment? Como preservar a imagem de imparcialidade do STF quando pesa sobre dois de seus integrantes descon-fiança de ligações indevidas com responsá-veis por um dos maiores escândalos do país?

Até pelo papel exercido pelo Poder Executivo na escolha de integrantes de magistrados a partir da segunda instância, é inegável a presença de componentes po-líticos nessas cortes. No caso dos tribunais superiores, a indicação do presidente da Re-

pública precisa ser aprovada pelo Senado, o que demanda negociação do indicado tam-bém com o Legislativo.

Mas essas conversas não representam necessariamente um compromisso, muitas vezes ministros do STF contrariam pre-sidentes que os indicaram. Ao vestirem a toga, esses magistrados assumem um com-promisso maior, têm a garantia de que não serão demitidos.

O problema é que, agora, a situação é diferente. Não se trata da entrada de al-guém no STF, mas da possibilidade de expulsão de dois de seus integrantes, que podem passar a depender de políticos para continuarem em seus cargos.

Pior é que a polarização política prati-camente impede que um impeachment de ministro da suprema corte seja definido com graus mínimos de seriedade e de responsabi-

lidade. Não é absurdo pensar que, para mui-tos bolsonaristas, derrubar Moraes seja até mais relevante do que impedir a reeleição do presidente Lula.

As suspeitas sobre os dois ministros abrem margem para questionamentos opor-tunistas, relacionados a decisões anteriores, como a condenação das lideranças golpistas. Fala-se até que comandantes militares esta-riam pressionando o Judiciário para impedir que sejam declarados indignos de pertence-rem às Forças Armadas oficiais que, por op-ção própria, optaram pela indignidade.

O STF não pode abrir esse tipo de bre-cha. Nos últimos meses, o país foi surpreen-dido pela confissão de Toffoli de que era sócio oculto de um empreendimento mi-lionário que, em tese, pertenceria a dois de seus irmãos — um deles, padre. Os valores do contrato de Viviane Barci de Moraes com

o Master não são razoáveis nem mesmo se levarmos em conta a remuneração dos mais importantes escritórios de advocacia do país.

A versão, divulgada pela mulher de Mo-raes, de que cuidava de aspectos éticos e de compliance do banco é ainda mais complica-da diante das comprovadas falcatruas come-tidas por Daniel Vercaro e seus cúmplices. Não é crível que ele fosse pagar tanto dinhei-ro para receber instruções sobre como fazer o que sempre desprezou fazer.

O regimento do STF prevê a possibili-dade de ministros pedirem licença. É o que Moraes e Toffoli precisam fazer, o que está em jogo é muito maior do que eles. Caso não tomem essa iniciativa, medidas mais drásti-cas terão que ser tomadas por seus colegas, com base no artigo da Constituição que pre-vê remoção ou de disponibilidade de magis-trado por interesse público.

Tales Faria

O adversário de Lula nas pesquisas é a imagem de seu governo

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) não é o verdadeiro adversário do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nas eleições presidenciais deste ano. Nem os governado-res de São Paulo, Tarcísio de Freitas (PL), e do Paraná, Ratinho Junior (PSD). Mui-to menos os governadores pessedistas de Goiás, Ronaldo Caiado, e do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite. Pesquisas encomen-dadas para a pré-campanha de Lula à ree-leição apontam que o grande adversário do presidente é a imagem de seu governo.

Os levantamentos apontam que Lula venceria todos os adversários no primeiro turno das eleições de outubro, mas não com uma diferença de votos suficiente para evitar o segundo turno.

As pesquisas apontam empate técnico se a disputa ficar entre Lula e Flávio Bolsonaro.

O mesmo ocorreria se Lula disputasse con-tra Tarcísio de Freitas ou contra e Ratinho Júnior. Os três governadores conseguem taxas de intenção de votos quase idênticas no segundo turno. Caiado e Eduardo Leite ficaram um pouco abaixo nas intenções de voto, mas não muito distantes.

O que os levantamentos trouxeram de interessante foi que o adversário de Lula faz pouca diferença para o segundo turno. Então o principal a ser atacado é a imagem do gover-no Lula junto ao eleitorado.

O bom desempenho de Flávio Bolsona-ro nas últimas pesquisas sequer é visto como grande problema pelos analistas do governo. O fato de Flávio ser o mais bem colocado no campo da oposição até tranquiliza. Motivo: entre todos os pré-candidatos, o filho Zero-Um do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) é o

que detém maior taxa de rejeição do eleitora-do. Ele está empatado com Lula neste quesito.

A análise dos dados permite concluir que o problema de Lula está mais ligado à avaliação do desempenho do governo pela opinião pública, enquanto a rejeição de Flávio tem a ver com seu próprio perfil, o de seu pai e o da sua família.

Já que o grande adversário do presi-dente na campanha eleitoral será a ima-gem de seu governo, o presidente melho-rar a percepção de seu governo na opinião pública. Daí porque Lula está pedindo à sua equipe de comunicação para centrar forças na melhoria da imagem do gover-no. Esse ponto, segundo ele acredita, é essencial para conseguir se reeleger.

Na avaliação dos assessores do presi-dente, há problemas objetivos do governo

que precisam ser atacados, como obter ta-xas mais baixas de juros. Mas isso só será possível via um mínimo de ajuste nas con-tas públicas e torcer para que o quadro in-ternacional não se agrave muito.

Os assessores do presidente acredi-tam que o governo também tem um sério problema na área política. Integrantes do Supremo Tribunal Federal (STF) envol-vidos com Daniel Vercaro, dono do Ban-co Master, são mais próximos do governo do que da oposição e do centrão. Isso co-locou o governo no alvo da artilharia da mídia quando a oposição é que teria mais ligações com Vercaro.

Mas o fato é que o clima de crise nas ins-tituições acaba atingindo o governo e essa é a grande preocupação da equipe de comunica-ção para as eleições.

Alexandre Garcia

Esfinge e labirinto

Na comemoração dos 46 anos do PT, o Presidente Lula, num desabafo, se quei-xou dos evangélicos: “Votam nos outros. E noventa por cento dos evangélicos ganham benefícios do governo”. Um raciocínio de que benefício do governo deveria resultar em voto. São 49 milhões os que recebem bolsa família. Mas não são considerados desem-pregados pelo IBGE e Lula festeja percen-tual de 5,1 de desemprego. Ao mesmo tem-po, o Presidente apoia o fim da jornada 6 x 1: em vez das 44 horas de trabalho citadas na Constituição, apenas 36 horas por semana, como está na proposta a ser examinada pela Comissão de Constituição e Justiça da Câ-mara. Ideia de país esbanjando prosperida-de. Como deveria ser o Brasil, com sua exu-berante riqueza natural. Entre os fatores da riqueza, temos natureza exuberante; mas ca-recemos de capital, tecnologia e ... trabalho.

Se for reduzida a jornada de trabalho para 36 horas semanais, em sete dias haveria apenas quatro de trabalho. Um dia a menos por semana. Por ano, 52 dias a menos de pro-dução de riqueza; a cada 10 anos, um ano e cinco meses sem trabalho - mas com a folha inalterada, pagando o que se pagava por 44 horas. Ganhar por 44 e só trabalhar 36 horas. É um paraíso, mas quem paga? O consumi-dor da mercadoria ou do produto, ou do ser-viço. Ou, quem sabe, perde quem ganha por 44 horas ao ser trocado por novos emprega-dos com salário proporcional às 36 horas. Ou a empresa automatiza tudo, para se livrar logo dos encargos da folha, em que se paga por quase dois o salário de um. Deixa de ser empregadora. Ou troca de ramo. Ou fecha, porque entra no vermelho. Talvez vá para o Paraguai. Qualquer alternativa vai significar mais inflação, menos emprego, menos renda.

Vai haver mais dias de ócio, com as tentações de mais festas, mais álcool, mais brigas.

O trabalho no país não está ameaçado apenas pela jornada menor. Os 49 milhões de bolsas família já estão fazendo falta na cons-trução civil, nas colheitas de frutas, nos tra-balhos braçais. Os quase 700 reais médios de bolsa família tem desestimulado a procura de trabalho. Somados a outros benefícios, são su-ficientes para sobreviver sem precisar acordar cedo, pegar condução, cumprir horário, obe-decer ordens, fazer esforço físico, suar. Pesqui-sas mostram que dois terços dos entrevistados querem redução de jornada. Certamente des-conhecem as consequências. Isso que 44 horas semanais é a jornada máxima, que pode ser ne-gociada. A média, hoje, já é inferior a 39 horas.

Neste ano, serão 158 bilhões dos im-postos de todos para custear o benefício. Não parece justiça social uns viverem do

suor dos outros. Os de carteira assinada são 39 milhões. Bolsa família, 49 milhões, muitos desses desestimulados ao trabalho. A vitória final do programa seria quando ficasse com zero beneficiado. Todos tra-balhando e gerando renda. O Prefeito de Bento Gonçalves tentou: os beneficiários com saúde recebiam oferta de emprego. Mas ninguém quer perder o bolsa família. É de graça e não precisa trabalhar. O go-verno já gasta muito e tem que pedir em-prestado. A dívida pública já está perto de 80% da renda do país. O que tem custo de 1 trilhão de juros anuais. O estado sustenta 53% de brasileiros. Ou melhor, 47% sus-tentam o estado e seus dependentes. Im-possível dar certo. Haddad está deixando o Ministério; não foi um Édipo para deci-frar essa Esfinge. Para substituí-lo, só um Teseu, para entrar nesse labirinto.